

EDUCAÇÃO INFANTIL E POLÍTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (1983-1992)

*Lia Mara Dib Ferreira Santos**

Resumo Pretende-se com este artigo deixar indicada a relação entre a proposta educacional existente numa dada gestão pública e as intenções mais gerais da mesma, considerando-se sempre o momento histórico-político que circunscreve metas, projetos e diretrizes e as condições sócio-culturais para a sua implantação. Desta forma este trabalho contém uma síntese das políticas educacionais do município de São Paulo, bem como das propostas e práticas educacionais no setor pré-escolar, entre 1983 e 1992, durante o governo dos prefeitos Mário Covas (o último a ser nomeado, mas já com orientações democráticas), Jânio Quadros e Luíza Erundina.

Palavras-chaves: Política educacional; política de governo; educação infantil; pré-escola; educação municipal.

Abstract The purpose of this paper is to show the relationship between the educational proposal of a specific public administration and its more general intentions, taking into account the historical-political moment which circumscribes the goals, projects, guidelines and socio-cultural conditions for its implementation. Thus the work presents a synthesis of the educational policy the city of São Paulo, as well as the proposals and practices adopted in the pre-school between 1983 and 1992 during the mandate of the mayors Mario Covas (the last to be nominated, but already with democratic flavor), Jânio Quadros and Luíza Erundina.

Descriptors: Educational policy; government policy; child education; pre-school; municipal education.

A temática acima intitulada pode ser apreendida, entre outras formas, considerando as práticas educativas e políticas como manifestações da prática social (Savianni, 1983). Esta consideração possibilita o traçado de algumas relações entre essas diferentes modalidades de interação social, permitindo ao mesmo tempo a guarda de suas especificidades.

No que tange a Política Educacional, devemos ressaltar a sua inscrição no "Welfare State", dado que enquanto política social aquela é tratada enquanto direito do cidadão ao mesmo tempo que necessária para a manutenção da força de trabalho (Covre, 1982), o que nos possibilita pensar a partir das diretrizes mais gerais de governo as propostas e ações específicas para um dado setor social.

As Políticas Sociais, como as demais dependem da existência de uma dada estrutura para a sua realização. Esta,

resultado histórico da ação e do pensamento humano, pode ser modificada através dos embates políticos e sociais. No entanto as transformações necessárias para o encaminhamento e fortalecimento de dadas diretrizes políticas nem sempre são possíveis devido mesmo as ações dos sujeitos envolvidos no processo.

Desta forma induzimos que (através dos discursos, programas e metas de governos) a Democracia ou a concepção de Cidadania almejada numa determinada gestão deve ser confrontada com as práticas tentadas para sua realização.

Assim, num primeiro momento, pretendemos averiguar se a diretriz mais geral de uma gestão está de acordo com a Política Educacional expressa, e no mesmo nível, apreender se e como se expressam (a partir das propostas e realizações).

* Professora da UNESP de Rio Claro

Num segundo momento confrontaremos as práticas tentadas com a realidade de sua expressão.

O resultado obtido entre aquilo que se propunha e o que efetivamente foi realizado, supomos expressar parte do jogo de forças presentes na organização e numa específica instituição-social.

Educação e Política no Município de São Paulo (1983-1985)

As atuações e intenções políticas ocorridas especificamente no município de São Paulo a partir de maio 83 (período no qual até 85 a cidade é administrada tendo à frente o último prefeito nomeado) relacionam-se com a “vontade política e social” do “retorno” à Democracia, após quase vinte anos de Regime Militar (Santos, 1992).

Este ao centralizar as decisões políticas e econômicas, impossibilitou a autonomia dos municípios e conseqüentemente a formação e ação de “sujeito político” locais; ao mesmo tempo que permitindo um período aparentemente normal de eleições para os cargos parlamentares, possibilitou, a partir de 1974 o aumento da representação do então M. D. B. na Câmara Federal e no Senado.

Tal situação levou o governo a partir de 1976 a recorrer sistematicamente a manipulação da legislação, promulgando em 1979 a reformulação da estrutura partidária entre outras medidas. Do bipartidarismo para o “pluripartidarismo, no entanto com exigências legislativas ‘rígidas’ no tocante à votação mínima para alcançar a representação na Câmara Federal e a implantação organizacional nos Estados e Municípios, inviabilizando o pleito nestes últimos, então marcado para 1980.

Em 1982 há o retorno das eleições diretas para os governadores. São Paulo elege Franco Montoro do PMDB, possibilitando iniciativas políticas diversas daquelas tomadas até esse período, como por exemplo, a nomeação de um prefeito opositor às ações do governo militar ainda vigente, para a capital de São Paulo.

Dentro deste contexto político as diretrizes centrais de governo do município de São Paulo estão atreladas as propostas mais geral do PMDB que enfatizava a necessidade de um governo voltado às grandes maiorias, objetivando proporcionar condições à uma qualidade de vida social satisfatória e comum à todas os paulistanos. As prioridades fundamentais entendidas pelo prefeito Mário Covas são aquelas anunciadas como objetivo de governo, ou seja, o redimensionamento da sociedade, diminuindo a distância social existente entre o centro e a periferia; assim como a continuação da luta pela “democracia”, “liberdade” e “justiça” no país e em São Paulo, o que implicou na decisão de lutar pelo restabelecimento da autonomia municipal plena, entendendo como necessidade democrática as eleições diretas para os prefeitos das capitais.

No entanto a gestão municipal naquele período, embora tivesse no executivo um prefeito indicado, não deveria se privar, antes pelo contrário, da participação popular na condução da gestão do espaço público, assim como deveria valorizar a Câmara dos Vereadores, já que entendia que o poder legislativo era um dos requisitos para a construção da democracia; implicava portanto, descentralização do governo e da administração.

Indo ao encontro à essas intenções a política de atendimento ao pré-escolar pautou-se pela perspectiva de oferecer o maior número de vagas escolares e o melhor

atendimento possível às camadas majoritárias da população - "a melhor escola possível".

Nesse sentido o compromisso político - a escola para a classe majoritária, era tido como correlato ao compromisso técnico - fornecer condição para o aprendizado - o que implicava numa Política Educacional que visava encontrar o diálogo entre o educando ("de carne e osso") e os conteúdos escolares (conhecimento universal e socialmente produzido).

Desta forma essa administração entende a evasão escolar como sendo resultado da incapacidade técnica e/ou vontade política de se fazer uma escola para a maioria.

Dentro desses princípios as realizações da prefeitura de São Paulo no que diz respeito à educação e especificamente a Educação Infantil foram entre outras:

1 - Integração EMEI-EM¹; expansão do período integral²; criação de um 3º turno nas EMEI(s), ampliação das Planedis³ e prioridade ao 3º Estágio⁴.

Essa política de Atendimento visava sobretudo: a) fornecer os requisitos tidos como indispensáveis para a permanência das crianças da classe majoritária nas séries seguintes do ensino fundamental. Nesse sentido fazia-se necessário o aumento do número de crianças no último estágio, bem como a ampliação das vagas nos Planedis; b) Atender a necessidade educacional das crianças de menos de sete anos, ao mesmo tempo que a necessidade de suas mães quanto à guarda de seus filhos, o que acarretou um aumento do número de matrículas no período integral. Este, embora não eminentemente pedagógico, era tido como necessário, já que as creches de São Paulo não ofereciam vagas em número suficiente.

2 - Programação 85 - capacitação das professoras, concursos públicos.

A SME realizou concursos para professor de Educação Infantil em 1983 e Diretores de EMEIS em 1985, bem como valorizou durante toda a gestão, a função do "assistente pedagógico"⁵.

Um novo currículo de educação infantil foi elaborado e concluído em dezembro de 1985, já que a rede contava apenas com o currículo de 75 e sua reformulação ocorrida em 79⁶. O novo currículo contém uma programação de linguagem (oral e escrita), bem como uma de raciocínio lógico matemático. Embora concebido apenas em 85, já na metade de 1983, a administração, começou a implementar suas diretrizes políticas. A rede municipal de ensino recebe um quadro norteador visando oferecer embasamento para a questão da relação entre pensamento e linguagem com assessoria técnica e material fornecido pela Fundação Carlos Chagas. A partir de 84, pensa-se a necessidade de linguagem oral e escrita bem com a seriedade para se trabalhar o raciocínio lógico matemático, desenvolvendo-se treinamento nestas áreas com os coordenadores pedagógicos e professores de 3º estágio. Os primeiros eram tidos pela administração como elementos multiplicadores desta capacitação dado que na impossibilidade física de todos os professores participarem desses treinamentos, os de 1º a 2º estágio de EMEIS tomavam conhecimento deste a partir do trabalho realizado pelos CP(s) de sua escola, os segundos eram os agentes cuja administração pela sua política educacional - "um 3º estágio pedagogicamente competente" - priorizava.

3 - Reuniões colegiadas para discussão dos pontos norteadores da Política Educacional, Conselho de Escola,

Regimento Comum das Escolas Municipais, Restauração da Carreira do Magistério.

A crença na especificidade escolar, nesta administração, não exclui o dever daquela de elaborar também esse saber. Neste sentido a SME, preocupa-se em viabilizar a autonomia da escola e o processo escolar, pensando sempre o administrativo coligado ao pedagógico. Neste sentido houve reuniões colegiadas para a discussão dos pontos básicos e norteadores de Política Educacional, bem como discussões com a rede desses mesmos princípios.

O Conselho de Escola, nesta Política Educacional, deveria ser um "instituto político" participativo na gestão da escola, capaz de redefinir as competências da direção. Neste sentido houve tentativas para seu fortalecimento, as quais no entanto, não se concretizaram, sobretudo devido às resistências dos diretores quando das discussões a respeito de seu caráter (deliberativo ou consultivo), quando por ocasião da discussão dos pontos centrais a serem prescritos no novo Regimento Comum das Escolas Municipais.

Educação e Política no Município de São Paulo (1986-1988)

A vitória, em eleição direta, de Jânio Quadros ocorre em nov./85, trazendo questionamentos e preocupações, a respeito do avanço da democracia, já que a proposta de governo da administração Jânio Quadros não possui linhas diretrizes explícitas nem programas propriamente ditos apenas promessas que caminhavam na direção de seu slogan: "Trabalho, Austeridade e Segurança". Este contrastava com a crescente participação política da sociedade civil⁷.

De acordo com a política mais ampla da administração, a SME, deveria ter à sua frente um dirigente "virtuoso", capaz de moralizar a administração pública e imprimir aos cidadãos um estilo de vida cívica que caminhasse a moralização dos costumes e da vida pública. *

Para secretário da educação, Jânio Quadros convocou Paulo Zingg, o qual defendia uma Política Educacional fundamentada numa política humanista visando a valorização do homem, os valores nacionais, a hierarquia profissional e a autonomia das escolas na figura do seu diretor e o seu professor (Plano do Deplan, 1986).

Encontramos no discurso da SME defesa de idéias sobre a "participação social" e cidadania, por exemplo, através da importância e da maneira como é pensada, nesta administração, as atividades cívico-culturais. Elas passam a ser em parte responsável pela formação do cidadão e pela compreensão da verdadeira História.

Tais preceitos foram recuperados da Política Educacional de 1971 - elaborada pelo próprio Zingg - contendo o princípio de dissociação entre educação e política, e entendendo a necessidade da ordem social como pré-requisito básico para o desenvolvimento harmônico da sociedade, acabando por entender a cidadania como absorção dos valores culturais independentes das classes sociais e a história como sucessão de fatos, objetivos e lineares.

A questão escolar é compreendida enquanto competência estritamente técnica e, como tal, deve a escola ausentar-se de preocupações políticas. Deve ser um espaço onde a questão pedagógica seja reproduzida eficientemente, local onde o aluno tenha acesso ao saber universal sistematizado pela rede escolar hierarquicamente constituída.

As ações e realizações da SME sob orientação Jânio Quadros entre outras foram:

1 - Criação de convênios e uma nova política para o período integral e os Planedis.

Em julho de 1986 é assinado um convênio entre SME e SE visando ampliar as possibilidades de permanência da criança carente na unidade escolar, bem como propiciar condições para o seu enriquecimento. A coordenação geral do projeto ficaria à cargo da SME e a garantia das condições materiais ao Estado.

O então convênio Profic-EMEI deveria contemplar além de aulas regulares, assistência à alimentação, higiene e saúde, assim como atividades recreativas e de reforço escolar às crianças entre 4 e 6 anos, as quais participariam todas ao mesmo tempo das mesmas atividades. Essa realidade iria impor à SME uma flexibilidade pedagógica, o que significa a necessidade da existência de uma prática pedagógica clara para as EMEIs - existência que veremos mais a frente problemática e incerta.

Houve também convênio como Ministério da Educação visando o aumento quantitativo da oferta de vagas para as crianças em idade pré escolar, implementando novas classes rapidamente e com baixo custo - classes comunitárias.

Podemos perceber que houve neste período convênios com vários setores, ampliando a oferta de vagas, sem necessariamente ampliar a rede física da pré-escola municipal. É importante anotar que fazia parte desta política um crescimento relativamente baixo dos atendimentos em EMEIs, período integral, assim como uma desaceleração progressiva dos Planedis, ambos bastante valorizados pela administração anterior.

2 - Retorno à programação 75/79 - Programação 88 - Concursos para diretores e coordenadores pedagógicos

Uma das primeiras atitudes da nova administração foi o recolhimento da programação de Educação Infantil - 1985, justificada pela necessidade de combate à subversão. Assim, sem programação sistematizada e sem programação oficial, é imposto às EMEIs o currículo 75 e 79.

Em maio de 86 uma equipe se formou a fim de promover um novo currículo para a Educação Infantil (FATA - fogo - água - terra e ar), o qual não pode desenvolver-se e de fato representar a programação oficial do período dado que havia pressões, por parte do planejamento central, para que essa proposta se tornasse rapidamente uma programação sistematizada. A programação oficial do período fica então sob supervisão de Gloria Seber, constando como tal no Diário Oficial em 1988, mas é trabalhada em 87, sendo deste ano os treinamentos afins oferecidos para os coordenadores pedagógicos.

Essa programação não introduzia especificamente a questão da linguagem. Partia-se da concepção de que o desenvolvimento cognitivo da criança e o conseqüente desenvolvimento do raciocínio lógico matemático é o principal responsável pelos bons resultados escolares futuros.

A SME realizou concursos públicos para diretores e, encaminhou propostas para a extinção do cargo de coordenador pedagógico, contra os quais as Cps atuaram firme e decididamente, conseguindo através de muitas pressões, não só a continuidade do cargo, criado no fim da administração Mário Covas, como no final de 88 a realização de um concurso para a efetivação

3 - Revogação do regimento comum das Escolas Municipais 85, valorização do Especialista e do Diretor da Escola.

O regimento comum das Escolas Municipais de 85, então recém aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, é revogado e substituído pelo de 1982. Tal revogação, ao romper com a visão de escola inscrita no RC de 85, rompe todas as tentativas feitas até então de democratizar o espaço escolar, acabando inclusive ou dificultando pelo menos, a organização dos já frágeis e recém formados Conselhos de Escola.

Esse período administrativo empenhou-se em analisar e modificar a reestruturação da carreira do magistério do período anterior, a qual equiparava o professor ao especialista, equiparação que esta gestão julgava "irracional", por desestimular o professor a assumir cargos mais abrangentes e de maior responsabilidade técnica administrativa.

Educação e Política no Município de São Paulo (1989 - 1991)

O município de São Paulo elege em 1988, para assumir a prefeitura de sua cidade Luiza Erundina do Partido dos Trabalhadores. Esse partido nascido das lutas sindicais e dos setores progressistas da intelectualidade e da Igreja Católica, desde sua criação vinha dando importância à luta pela via parlamentar ao mesmo tempo que a luta para a elevação do grau de organização e educação política.

No momento em que o partido assume o executivo da maior cidade brasileira, prevalece a opinião de que caberia aos movimentos populares, através de sua organização e conscientização, fortalecer-se e tornar-se autônomos em suas respectivas entidades sociais, a fim de que pudessem questionar e interferir nas políticas de Estado.

O Plano de Governo da administração Luiza Erundina visava inverter prioridades na aplicação dos recursos públicos, com vistas a atender as demandas sociais, realizar um governo transparente e democrático, com efetiva participação popular, pois têm como princípio que todas devam exercer a cidadania através da participação no acesso à bens e serviços essenciais, assim como nas decisões políticas, e, nesse sentido, visavam favorecer a criação das condições necessárias para o exercício do poder local.

A política educacional do período, pretende através da participação da comunidade caminhar para a construção de um "currículo significativo para os educandos" entende que a escola deve ser um espaço que favoreça a formação do "sujeito social". Nesse sentido a prática pedagógica não visava sobretudo a transmissão de conteúdo, embora este seja tido como necessário e fundamental à prática escolar; mas esta é vista como prática educativa, isto é, como prática concreta de participação, atuação e decisão na sociedade global.

A maneira como essa administração pensa a construção desta escola levou a SME a centrar esforços para a defesa, divulgação e expansão de três princípios: "Participação", "Descentralização" e "Autonomia". Torna-se prioridade entre outras, o comprometimento com a nova qualidade de ensino e com a democratização da gestão e ao acesso.

De acordo com esses princípios as práticas adotadas foram:

- 1) Diminuir o número de alunos por classes, nos três estágios oferecidos pelas EMEIS; política de diminuição do número de matrículas nos Planedis e do período integral, uma política conjunta entre

SME/SE, bem como associação com "entidades comunitárias".

Ampliar a responsabilidade do município sobre o atendimento ao pré-escolar, ao mesmo tempo que priorizando a alfabetização na 1ª Série do 1º Grau. Neste sentido, através de uma resolução conjunta SME-SE - 1990, as classes de Planedi foram transformadas em 1ª Série do 1º Grau, nos locais onde havia uma demanda muito grande por esse direito e, as crianças dos Planedis, passaram para a EMEI mais próxima. Da mesma forma a rede estadual não poderia ampliar o atendimento ao pré-escolar a fim de suprir a demanda aos ingressantes no primeiro grau.

Em favor da nova qualidade de ensino houve redução do número de alunos por classe nas EMEIs, passando este a ser no máximo 32, o que acarretou um decréscimo do número de matrículas. No entanto, visando oferecer formas alternativas de atendimento ao pré-escolar, a SME, valorizando igualmente os três estágios, diminuiu o atendimento ao período integral e instituiu o programa de "classes comunitárias" as quais, pertencentes as mais variadas entidades sociais, passariam a estar vinculada pedagogicamente à EMEI mais próxima.

Essa administração compreende que essas soluções revelam a existência de um conflito entre a necessidade de atendimento à população e a possibilidade de supri-lo e que, é imprescindível a organização e a participação dos movimentos populares para a garantia deste direito.

Movimento de Reorientação Curricular/Concursos

Na busca da escola pretendida a SME iniciou em agosto/89 o movimento de reorientação curricular visando a construção

da "escola pública democrática". Nesse sentido o "currículo", entendido de forma ampla, passa a ser o instrumento para a execução de tal prática político pedagógica.

Desta forma esse movimento foi constituído tendo dois grandes eixos de discussão: o currículo propriamente dito e a discussão das relações no interior da escola.

Num primeiro momento houve um trabalho denominado Problematização, a partir do qual a SME tenta sistematizar a visão que a comunidade intra/extra escolar tem da escola e do processo pedagógico, para a partir disto iniciar reflexões sobre a natureza e o significado desse processo. Desta forma as discussões sobre as relações no interior da escola, ocorridas em grupos distintos por categorias, giraram em torno da reflexão sobre o assistencialismo e o espontaneísmo nas EMEIs (grupos de professores); a construção de uma teoria que levasse em conta a prática dos educadores e dos educandos e o planejamento participativo (nos grupos de Cps); e o autoritarismo no grupo de Diretores. Esses grupos eram os chamados "grupos de formação", o principal mecanismo da pretendida "formação permanente dos docentes".

A discussão propriamente curricular foi realizada a partir de textos selecionados pela SME, uma vez que essa administração entende que compete à ela oferecer eixos norteadores, a partir dos quais, cada escola autonomamente criaria sua programação.

Aquelas discussões giravam em torno da importância da linguagem plástica e do desenho para a representação simbólica, (a primeira forma de leitura da criança e instrumento de organização, expressão e comunicação de pensamento e sentimentos), coligada a linguagem oral, corporal e escrita.

Dentro desses princípios é realizado em dezembro/1989, concurso para os professores de Educação Infantil.

3. Reforma Administrativa, retomada do Regimento Comum das Escolas Municipais 85, Reativação do Conselho de Escolas, Discussão de um novo Estatuto do Magistério.

A nível da SME a articulação com as diretrizes governamentais (descentralização e autonomia) vai implicar em 1989 numa reforma administrativa visando uma melhor integração entre as várias instâncias do poder da SME e a comunidade escolar.

Nesse sentido é criado a C.O. N. A. E.⁸ (Coordenadoria dos núcleos de ação educativa) o qual deveria oferecer diretrizes centrais e princípios aos N.A.Es. (Núcleos de ação educativa)⁹, regionalizados em dez áreas distintas. Estes deveriam comprometer-se com os princípios defendidos pela Política Educacional em gestação a partir da realidade da vida de cada região e escola em particular.

Dentro deste contexto, assume sentido os Conselhos de Escola, que negligenciados pela gestão anterior são retomados e revigorados nesta proposta pedagógica, passando a ser a base de seu colegiado.

Os Conselhos de Escola deveriam participar na e da criação dos "Planos de educação" de suas escolas, o qual atrelado aos princípios gerais da Política Educacional implantada, seriam a base da formulação dos "Plano Regionais de Educação" (formulado pelos NAEs) com os quais a SME elaboraria o Plano de Educação do Município à ser aprovado pela Câmara Municipal.

É nesse espírito que o Regimento Comum das Escolas Municipais 85 é revigorado, bem como revogadas as punições políticas do período anterior como as demissões dos professores e funcionários

que haviam aderido à greve de 1987. As reformulações do referido Regimento foi discutida com toda a rede a partir de uma proposta elaborada e sistematizada pela SME, em 1991; e, após discussões aprovado em caráter provisório.

Desta forma a partir de 1992, a rede municipal começa a trabalhar sob a nova estrutura educacional que, entre outras medidas, substitui o sistema de série pelo de ciclos¹⁰, e estabelece os Conselhos da Escola como órgão colégio e decisório¹¹.

Outros princípios foram defendidos: carreira única, sistema de voto para os cargos de direção, supervisão e coordenação e a transformação da escola em posto de serviço que discutidos e negados pela rede não puderam ser garantidos pelo "Novo Estatuto do Magistério".

Algumas Considerações

A partir de 1983 diferentes políticas educacionais foram postas em prática sucessivamente, na medida mesma em que ocorriam as mudanças administrativas sofridas pela cidade.

Na gestão Mário Covas (83 a 85) foi implantada uma Política Educacional "visando a melhor escola possível" e, nesse sentido, a verdadeira educação democrática era tida como aquela capaz de ir ao encontro das necessidades e da cultura da parcela majoritária da população, donde concluem pela necessidade da competência técnica aliar-se à política. Nesse sentido ações não propriamente curriculares são implantadas, introduzindo assim a explicitação do caráter político presente na relação administrativo-pedagógica.

A despeito das ações da administração Jânio Quadros (86 a 88), a SME sob orientação Paulo Freire, encontrou, senão facilidades, pelo menos não tantas

dificuldades para discutir sua política educacional como as que enfrentadas por Guiomar Namó de Mello, uma vez que a rede municipal de ensino já havia sofrido o impacto de repensar a escola politicamente competente.

Desta forma a “nova qualidade de ensino” e a construção política da escola discutida e refletida nos “grupos de formação” tiveram se não uma compreensão plena de seu significado político, pelo menos espaço de realização. Isso indica que os primeiros trabalhos efetivados neste sentido, não se perderam por completo na história da rede municipal de ensino.

O problema maior enfrentado pela SME entre 1989 e 1991 foi nem tanto a discussão e o debate de seus princípios mas a concretização destes, uma vez que exigiam ações participativas e divisão do poder político.

Nesse sentido a ação dos Conselhos, a Participação da Comunidade no Plano Escolar, a nova qualidade de ensino foi em parte prejudicada pela dificuldade própria que é o entendimento e a prática da criação numa sociedade cujo espaço de representação e ação política sempre foram negados. Assim, apesar dos avanços dos grupos de formação, em 1992 encontrávamos ainda muitas escolas sem saber exatamente como trabalhar os princípios presentes nos eixos norteadores atuando ainda através de práticas sem muita metodologia, caindo por vezes no espontaneísmo.

Esses fatos nos levam as questões que entendemos merecer estudos aprofundados a fim de que possam nos auxiliar na sinalização da natureza das dificuldades, presentes na rede Municipal de Ensino, para a absorção de novos elementos que tornem

possível de fato uma maior preocupação da comunidade na dinâmica político-cultural da escola.

Notas

1. EMEI - Escola Municipal de Educação Infantil, criada em 1975, substituindo os antigos parques infantis. EM - Escolas Municipais do ensino fundamental.
2. Período Integral - Corresponde à permanência da mesma criança em dois ou até três períodos no espaço escolar.
3. Planedi - Existente desde 1975. São classes de 3º Estágio de educação infantil funcionando em prédios de 1º Grau.
4. As EMEIs atendem crianças de 4 a 6 anos e 11 meses, subdivididas por classes de idades em três estágios distintos.
5. Assistente pedagógico - O cargo de assistente pedagógico de educação infantil foi constituído pela primeira vez em 31 de março de 1978, sendo pela lei 92.665/81, destinado à extinção através da portaria 3250/84. E, regulamentado enquanto função na gestão Covas até 85, quando da criação do cargo de coordenação pedagógica.
6. Currículo de educação pré-escolar 1975, elaborado pelo Deplan - Departamento de Planejamento da SME, baseado na educação compensatória; em 1979 foi também elaborado pelo Deplan uma metodologia específica de educação infantil, introduzida em 1980 na rede.
7. Algumas das ações da sociedade civil imediatamente anterior às eleições municipais de 1985 foram: resistência à política econômica adotada durante todo o período militar, formação da frente municipalista contra o governo, movimentos pelas “diretas já” as quais entre outras pressionaram o Congresso Nacional, obrigando a negociação entre os diferentes partidos, propiciando condições para dissidências dentro da agremiação governista. Neste momento PDS - que é derrotado pelo Colégio Eleitoral, quando das eleições indiretas para a presidência em 1984. Tal fato possibilitou, do então Presidente Tancredo Neves compromissos - depois assumidos pelo vice Sarney, tais como a redemocratização do espaço público e a convocação de eleições diretas para as prefeituras das capitais em 1985.
8. O CONAE assume a função do antigo DEPLAN (Departamento de Planejamento) e SUPEME, os quais se fundem naquele.

9. Antigo DREN (5) Delegacia Regional de Ensino.
10. As antigas séries do 1º grau são substituídas por 3 ciclos: O primeiro correspondendo às 1as, 2as e 3as séries; o segundo às 4as, 5as, 6as e o terceiro à 7a e 8a. Série. As avaliações seriam feitas respeitando o ritmo de aprendizagem dos alunos e a retenção ocorria somente no último ano de cada ciclo.
11. A composição do Conselho ficou assim constituída: 25% docentes, 25% pais, 25% alunos e 25% de funcionários.

Referências Bibliográficas

- Covre, M. L. (1992). *A Fala dos Homens*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Santos, L. M. D. F. (1992). *Educação Infantil e Política nas Escolas Públicas do Município de São Paulo (1983 à 1991)*. São Paulo, PUC-SP, (Dissertação de Mestrado).
- Saviani, D. (1993). *Escola e Democracia*. São Paulo, Cortez.